



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

1º Processo Seletivo Público de 2013 para contratação de  
Estagiário de Nível Superior do curso de  
DIREITO

CANDIDATO:

Nº Inscrição

CADERNO DE PROVAS

QUESTÕES OBJETIVAS E SUBJETIVA  
TIPO ÚNICO

**ATENÇÃO**

- **Verifique se este caderno contém 30 questões objetivas e 2 questões subjetivas.** Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno **(não serão aceitas reclamações posteriores)**;
- Para cada quesito objetivo existe **apenas UMA resposta certa**, que deve ser assinalada no Caderno de Questões ;
- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta;
- Não haverá substituição parcial ou integral das FOLHAS DE RESPOSTAS por erro do candidato;
- Assinar a FOLHA DE RESPOSTA da Prova Objetiva
- Colocar **somente o nº de inscrição** na **FOLHA DE RESPOSTA da PROVA SUBJETIVA/DISCURSIVA**;
- A prova terá a duração de 5 (cinco) horas, considerando, inclusive, a marcação da FOLHA DE RESPOSTA da prova objetiva e a transcrição da prova Subjetiva (REDAÇÃO) para FOLHA DEFINITIVA;
- Os candidatos só poderão entregar a prova após uma hora de seu início, sob pena de eliminação;
- Os candidatos não poderão levar a prova, podendo solicitar vistas posteriormente na Seção de Recursos Humanos desta Procuradoria.
- Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados, desde o momento de entrada no local de prova, até a retirada do candidato do respectivo local;
- Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala e acompanhar o encerramento das atividades.

## **PRIMEIRA FASE**

### **PROVA OBJETIVA**

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Nos termos do artigo 3º da Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) o pluralismo político;
- b) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- c) a dignidade da pessoa humana;
- d) garantir o desenvolvimento nacional.

2. Sobre a competência da Justiça Federal, é **incorreto** afirmar que devem ser processadas na Justiça Federal as causas:

- a) entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no país;
- b) que envolvam disputas sobre direitos indígenas;
- c) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- d) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

3. **Não** integra o Ministério Público da União:

- a) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- b) Ministério Público Militar;
- c) Ministério Público Eleitoral;
- d) Ministério Público do Trabalho.

4. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que evidencia uma norma constitucional de eficácia **contida**:

- a) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- b) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- c) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- d) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

5. Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o rol dos direitos fundamentais inscritos no artigo 5º da CF/88 é meramente exemplificativo;
- b) os direitos fundamentais não se aplicam aos estrangeiros residentes fora do Brasil e que estejam em trânsito no Brasil;
- c) as pessoas jurídicas também são titulares de direitos fundamentais;
- d) os direitos e garantias individuais detêm natureza jurídica de cláusula pétrea (art. 60, § 4º, da CF/1988).

**6. Não** pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade:

- a) o Procurador-Geral da República;
- b) o Presidente da República;
- c) a Mesa do Senado Federal;
- d) o Advogado-Geral da União.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**7. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) a Administração Pública Direta pode ser definida como o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado, ou seja, é, ao mesmo tempo, a titular e a executora do serviço público;
- b) enquanto a Administração Direta é composta de órgãos internos do Estado, a Administração Indireta se

compõe de pessoas jurídicas, também denominadas de entidades;

c) as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas integram a Administração Pública Direta;

d) empresas públicas são pessoas jurídicas de Direito Privado.

**8. Assinale a alternativa incorreta:**

a) a supremacia do interesse público, caracterizada pelo excesso de poder, ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas;

b) os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade são princípios básicos da Administração Pública;

c) o princípio da razoabilidade, também chamado de princípio da proibição de excesso, objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública;

d) o abuso do poder ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, ultrapassa os limites de sua atribuição ou se desvia das finalidades administrativas.

**9. É dispensável a licitação, exceto:**

a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

b) quando houver inviabilidade de competição;

c) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

d) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

**10. É correto** afirmar que:

a) para a configuração do ato de improbidade administrativa é indispensável a demonstração do dolo por parte do sujeito ativo;

b) a ação judicial para apurar e punir os atos de improbidade administrativa pode ser proposta pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pela pessoa jurídica interessada;

c) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado;

d) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da lei de improbidade, tendo em vista o princípio da pessoalidade ou intranscendência da pena.

**11. Assinale a alternativa correta:**

a) desapropriação é o procedimento pelo qual o Poder Público, fundado exclusivamente na necessidade pública, transfere compulsoriamente a propriedade particular para si;

b) a ação popular é o instrumento processual conferido ao Ministério Público para a defesa dos interesses da coletividade;

c) o mandado de segurança é ação civil de rito ordinário destinada à defesa do meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, por infração da ordem econômica e da economia popular;

d) o Ministério Público possui legitimidade para firmar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com eficácia de título executivo extrajudicial, no qual, além de serem estabelecidas as obrigações a serem cumpridas para a recomposição da legalidade, são fixadas as penalidades em caso de sua inobservância.

**12. Autoridade estadual de trânsito decide emitir autorizações para que menores de dezesseis anos possam dirigir veículos, desde que com o consentimento dos responsáveis legais. Considerando a proibição legal relativa à idade, pode-se afirmar que tais atos administrativos contêm vício no elemento:**

a) objeto;

- b) finalidade;
- c) forma;
- d) motivo.

## DIREITO PENAL

13. A aplicação do princípio da insignificância exclui:

- a) a tipicidade;
- b) a antijuridicidade;
- c) a culpabilidade;
- d) a punibilidade.

14. Em relação ao crime de apropriação indébita previdenciária e ao delito de sonegação de contribuição previdenciária, assinale a opção **correta**.

a) caracteriza-se sonegação previdenciária quando o agente deixa de recolher, no prazo e na forma legal, contribuição ou outra importância que, destinada à previdência social, tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público ou, ainda, que tenha integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviço;

b) dispõe o CP, de forma expressa, a possibilidade de se conceder o perdão judicial, previsto na parte especial do código, ou somente a aplicação da pena de multa ao crime de sonegação previdenciária se o agente for primário e de bons

antecedentes e desde que tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de recebida a denúncia, o pagamento integral ou parcelamento da contribuição social previdenciária, incluindo-se acessórios;

c) nos termos do entendimento jurisprudencial estabelecido nos tribunais superiores, o crime de apropriação indébita previdenciária é considerado delito omissivo próprio, em todas as suas modalidades, e consuma-se no momento em que o agente deixa de recolher as contribuições, depois de ultrapassado o prazo estabelecido na norma de regência, sendo, portanto, desnecessário o *animus rem sibi habendi*;

d) nos crimes de apropriação indébita previdenciária, assegura a lei, de forma expressa, a incidência da causa extintiva da punibilidade se o agente, espontaneamente, declarar e confessar as contribuições, importâncias ou valores e prestar as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, a qualquer tempo.

15. Assinale a opção **correta**:

a) a falsificação grosseira de moeda configura crime de moeda falsa;

b) quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por esse absorvido;

c) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é uniforme em aceitar aplicação do instituto da prescrição em perspectiva ou virtual;

d) é cabível o instituto da suspensão condicional do processo no caso de estelionato consumado praticado em face do INSS.

**16.** Em relação aos crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais definidos no artigo 1º, do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, é **correto** afirmar que:

a) segundo orientação tranquila do Supremo Tribunal Federal (STF), não podem tais crimes ser objeto de processo criminal se o prefeito tiver deixado o cargo;

b) são tais crimes sempre punidos com reclusão;

c) a condenação definitiva em qualquer dos crimes acarreta a perda do cargo;

d) a condenação definitiva, desde que o crime seja punido com reclusão, acarreta a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo ou função pública.

**17.** A atual lei de lavagem de dinheiro, conforme critério mundial de classificação de diplomas legais voltados a caracterização de tal crime, é uma lei de:

a) primeira geração;

b) segunda geração;

c) terceira geração;

d) quarta geração.

**18.** Acerca das excludentes de culpabilidade, da imputabilidade e do concurso de pessoas, assinale a opção **correta**:

a) exclui a culpabilidade do crime, por inexigibilidade de conduta diversa, a coação física irresistível ou vis absoluta;

b) na prática de crime em obediência hierárquica, se a ordem não for manifestamente ilegal, o subordinado e o superior hierárquico não respondem por crime algum;

c) a participação de menor importância configura exceção à teoria monista, adotada pelo CP quanto ao concurso de pessoas;

d) ocorrendo coação moral resistível, não se afasta a culpabilidade, havendo simplesmente reconhecimento de atenuante genérica.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**19.** Assinale a opção **correta**:

a) quando uma nova norma processual alterar o CPP e contiver conteúdo misto (regras de direito penal e processo penal), prevalecerá as regras de conteúdo processual penal, não devendo retroagir se for mais benéfica ao réu;

b) para aqueles que entendem que o MP não pode investigar crimes, a denúncia lastreada em inquérito civil público é nula de pleno direito;

c) é pacífico o entendimento jurisprudencial de que o MP pode, diretamente, requisitar dados fiscais à Receita Federal;

d) as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) instaladas no Congresso Nacional, quando necessitarem de dados bancários e fiscais para embasarem suas investigações, poderão requisitá-los sem intervenção judicial, podendo, inclusive, procederem a prisões em flagrante por falso testemunho quando for o caso.

**20. Assinale a opção correta:**

a) nos crimes de ação penal pública incondicionada, o delegado de polícia só poderá instaurar inquérito policial se provocado pela vítima, MP ou Judiciário;

b) o delegado pode, motivadamente, recusar-se a instaurar inquérito policial quando solicitado pelo MP;

c) a denúncia anônima não pode, por si só, basear o pedido de interceptação telefônica, sendo necessário se proceder a investigações preliminares a fim de se verificar a procedência da *notitia criminis* apócrifa;

d) do despacho do delegado que indeferir o requerimento de instauração de inquérito policial caberá recurso ao membro do Ministério Público a que estiver subordinado.

**21. Assinale a opção incorreta:**

a) por ser procedimento inquisitório, o inquérito policial não permite a participação do investigado, o qual não poderá requerer formalmente a produção das provas que entender pertinente, sendo tal fase reservada ao processo penal instaurado após a denúncia ou queixa;

b) os autos do inquérito policial poderão, a qualquer tempo, ser vistos pelo investigado, salvo no

caso das diligências em andamento que poderiam ser prejudicadas com a vista dos autos, como a interceptação telefônica, situação em que o acesso aos autos será mais restrita;

c) o juiz não poderá indeferir as diligências requisitadas pelo Ministério Público no curso do inquérito policial, sob pena de ofensa ao processo acusatório;

d) uma vez instaurado o inquérito policial, a autoridade policial não poderá arquivá-lo.

**22. Assinale a alternativa correta:**

a) o Ministério Público poderá dispor a ação penal sempre que entender que o fato é atípico;

b) o princípio da obrigatoriedade da ação penal vigorou como dogma absoluto até a edição da Lei nº 9.099/95, em que o legislador criou as figuras da transação penal e da suspensão condicional do processo;

c) de acordo com a legislação em vigor, o réu colaborador, além de poder se beneficiar do perdão judicial, poderá deixar de ser denunciado no caso do Ministério Público entender que sua colaboração foi de inestimável valor;

d) se o juiz entender que a transação penal proposta pelo procurador não é cabível, deverá indeferi-la e tornar os autos ao MP para o oferecimento de denúncia, não sendo necessária a aplicação do art. 28 do CPP, que determina que a resolução da questão deverá ficar no âmbito do Ministério Público.

**23. Assinale a alternativa correta:**

a) as provas ilícitas são inadmissíveis no processo, mesmo as que forem obtidas em favor do réu;

b) é pacífico o entendimento do STF de que, em casos graves, as provas ilícitas serão admitidas mesmo em favor da acusação;

c) o STF tem entendido que as provas derivadas das ilícitas, mesmo que obtidas validadamente, também são inválidas;

d) cabe à acusação provar a veracidade do alibi invocado pelo réu.

**24.** Assinale a alternativa **correta**:

a) ao contrário da prisão preventiva, que pode ser decretada de ofício pelo juiz, a prisão temporária só poderá ser determinada pelo Judiciário mediante provocação;

b) nos casos de *emendatio libelli*, o juiz, sempre após a oitiva do MP, que deverá emendar a acusação, poderá dar aos fatos definição jurídica diversa da constante na denúncia;

c) no caso da *mutatio libelli*, o juiz, sem ouvir as partes, poderá dar a definição jurídica que entender pertinente aos fatos narrados, já que o acusado só se defende dos fatos narrados e não de sua classificação jurídica;

d) as razões da apelação deverão acompanhar a petição de interposição, sob pena de preclusão.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**25.** Assinale a alternativa que **não** indica um recurso conforme o Código de Processo Civil:

a) embargos de divergência em recurso especial;

b) embargos à execução contra a Fazenda Pública;

c) embargos de declaração;

d) embargos infringentes.

**26.** Assinale a alternativa que **não** caracteriza hipótese de extinção do processo sem resolução do mérito:

a) pela convenção de arbitragem;

b) quando ocorrer confusão entre autor e réu;

c) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;

d) quando o juiz indeferir a petição inicial.

**27.** Conforme o Código de Defesa do Consumidor (CDC), os direitos difusos devem ser entendidos como:

a) os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

b) os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

c) os decorrentes de origem comum;

d) nenhuma das repostas anteriores.

**28.** Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa **incorreta**:



a) em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada;

b) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado;

c) a sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar;

d) o ingresso de litisconsorte ativo será admitido após o despacho da petição inicial.

**29.** Assinale a alternativa que **não** indica uma hipótese de intervenção de terceiros:

a) denúncia da lide;

b) representação processual;

c) oposição;

d) chamamento ao processo.

**30.** Assinale a alternativa que **não** indica um dos requisitos da petição inicial:

a) o juiz ou tribunal, a que é dirigida;

b) o fundamento legal da demanda proposta em juízo;

c) o requerimento para a citação do réu;

d) o valor da causa.

**SEGUNDA FASE**

**PROVA SUBJETIVA**

**1)** Disserte, em no máximo 50 (cinquenta) linhas, sobre os sistemas processuais penais acusatório e inquisitivo. Definição, características e diferenças. Ao final, informe qual é o sistema adotado no Brasil. (20,0 pontos)

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

RASCUNHO

21.

---

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

RASCUNHO

47.

48.

49.

50.

2) Sobre o Direito Constitucional responda:

a) Diferencie, sucintamente, o controle concentrado de constitucionalidade do controle difuso. (10,0 pontos - máximo de 30 linhas)

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

RASCUNHO

18

20

21

22

22

23

24

25

26

27

28

29

30

RASCUNHO

**b)** O que é mutação constitucional? O STF aceita? Você conhece algum exemplo?  
(5,0 pontos - máximo de 15 linhas)

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

RASCUNHO

11

12

13

14

15

**c)** Com base na Constituição Federal de 1988, o Ministério Público pode promover investigação criminal de modo autônomo? Justifique. (5,0 pontos - máximo de 15 linhas)

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

RASCUNHO

Boa Prova!